

A vitalidade de velhos papéis

Papéis costumam despertar todo o nosso zelo e admiração. Neles registram-se histórias magníficas e a contabilidade diária de uma empresa. Por vezes, também provocam nosso ódio e repúdio e até inventamos a palavra burocracia para maldizê-los. Mas a verdade é que sobre os papéis se constrói a nossa civilização inteira e deles se pode extrair lágrimas por uma lembrança, risos por uma boa notícia, constituir direitos e obrigações, narrar a experiência inteira de um povo, de geração em geração ou transmitir o encantamento de um artista. É o papel que atesta nosso nascimento e nossa morte e alguém poderia objetar, com razão, a frugalidade de umas meras folhas de papéis.

Assim estava eu, separando pilhas de papéis velhos, que pertenceram ao meu falecido pai. Alguns deles guardados por exigência das leis, pois é certo que o homem se vai, a natureza resolve com simplicidade seu ciclo, mas há obrigações civis que permanecem longo tempo entremeadas, até que se possa obter um ponto final. Outros guardados por afeição e, quem sabe, por medo. De algum modo, aquelas gavetas no armário, cheias de papéis, converteram-se numa espécie de memorial. É evidente que tenho guardado comigo outras tantas lembranças dele e agora mesmo posso me lembrar de uma predileta coleção de cachimbos, para não falar dos grandes edifícios que construiu como engenheiro. Mas entre tantas heranças, certamente de maior valor, permaneceu, por todos esses anos, este conjunto memorável de gavetas cheias de papéis.

O que há neles? Nada além do registro trivial do dia-a-dia de uma vida comum: anotações, arquivos contábeis, agendas, notas fiscais, diplomas, projetos, documentos diversos. Nenhuma fotografia, nenhuma carta particular, nenhum fato extraordinário. Apenas o acúmulo casual das funções ordinárias de uma vida, com uma meticulosa organização, em pastas cuidadosamente catalogadas e com a peculiaridade de conter a sua grafia pessoal. No entanto, é justamente dessa casualidade tão ordinária, absolutamente trivial, que brota uma inusitada força. Essa pequena soma de fatos comuns que, mais dos que os grandes momentos, são vestígios da nossa verdadeira história.

Por isso, a lata de lixo a frente amedronta e cada papel rasgado ameaça nos levar juntos, nesta arte sutil de separar, de geração em geração, dentre as coisas antigas, aquilo que não nos serve mais e aquilo que, não obstante a idade, vale justamente por ser tão velho. Dispensam-se os papéis que registram aquilo que incorporamos e que já é nosso e aquilo que a prova do tempo fez simplesmente esquecer, sem risco de nos perdermos. Pois seria assustador ter de nos inventarmos a partir do nada. Absolutamente, não viemos do nada. O mundo caminha adiante, mas a vida e a história são um fio contínuo, que muitas vezes temos de percorrer para encontrar a nossa própria identidade.

Por isso, todo modismo novidadeiro tão típico da nossa época, essa obsessão pelo novo que tanto nos entorpece e engana, é tão irrazoável, quanto ingênua. Nenhuma arte é mais urgente do que aquela de recosturar os tecidos rompidos, refazer os laços esquecidos, retraçar as antigas rotas que nos ligam, como a uma grande família, aos nossos antepassados. É preciso dar voz aos nossos mortos se queremos encontrar um caminho seguro para seguir, como gente, como família, como sociedade, como país.

O verdadeiro novo, que encanta e mira o futuro, apenas virá se puder encontrar este fio, este alicerce firme sobre o qual se assentar. O alicerce trivial da vida cotidiana e presente, dos verdadeiros valores, das experiências provadas pelo tempo. Sem sombra de idéias fantásticas e fanáticas, sem a miragem das boas intenções levianas, sem a artimanha das engenharias sociais do

partido da vez no poder. A gaveta de papéis velhos do meu pai é um refúgio de sanidade, onde se inter cruzam passado, presente e futuro e de onde extraio essa pequena contribuição, quase uma esperança, às assombrosas desventuras desses nossos tempos caóticos.

João Marcelo Sarkis, analista jurídico, gestor do núcleo de Direito do IFE Campinas. (joaosarkis@gmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 02/07/2017, Página A-2, Opinião.

A família na encruzilhada

Todos nascemos do ventre de uma mãe, que foi fecundado por um pai. Pai, mãe e filho formam uma unidade única, que jamais compreenderemos completamente, mesmo com todo o avanço da ciência. É esta unidade misteriosa e fundamental, que não é negada a ninguém, que está no germe do que chamamos família. Não é exagero dizer que a família está inscrita em nosso DNA, e que tendemos a ela como o rio tende ao mar. Todavia, ela não brota por geração espontânea, antes de tudo é uma tarefa dada a nós. Precisa de cultivo e proteção, senão se degenera e não cumpre sua vocação.

Hoje, mais do que nunca, diante do que se chama “crise da família”, conhecemos duramente esta verdade. Não seria exagero dizer que todas as grandes dificuldades que estamos enfrentando em nossa sociedade passam necessariamente por esta questão. É intuitivo perceber que a vitalidade de uma sociedade depende do que se passa com as famílias, porque este é o ambiente em que cada um de nós recebe (ou deveria receber) tudo aquilo que precisa para se tornar um ser humano maduro, preparado para a vida social e os desafios da existência.

Proteger a família não significa sustentar um arranjo qualquer de pessoas que vivem sob o mesmo teto. A família compõe uma unidade orientada a um mesmo fim, unida por uma mesma história e uma identidade que se transmite de geração em geração. É marcada pela intensidade de afetos e, principalmente, pela experiência da gratuidade e do valor da vida cotidiana. O lugar onde se ensina e se vive aqueles rituais diários que nos educam e nos humanizam. Não, por acaso, um dos seus símbolos é a mesa das refeições, tida, em outros tempos, como lugar sagrado dentro da casa.

Esta é a riqueza da vida familiar, que depois se transmite ao restante da sociedade, como que em círculos concêntricos, transformando os bairros, as cidades, os países em verdadeiras comunidades, guiadas por um “espírito familiar” que as anima e vivifica. Uma comunidade também não é um mero agrupamento de pessoas, mas uma unidade que, por si mesma, transcende as partes que a compõe. Possui uma história própria, valores e referenciais comuns que a guia e formam o que podemos chamar de cultura. Por isso, é possível dizer que o homem é, por natureza, familiar e, portanto, comunitário.

É claro que, no exercício de nossa liberdade, podemos nos afastar deste modelo essencial, razão pela qual as sociedades sempre procuraram proteger e valorizar a organização familiar e comunitária. No entanto, a cultura contemporânea assiste, com um misto de assombro e impotência, talvez, a maior

crise que já se abateu sobre a instituição da família. Há muitas causas para esta crise, desde o estilo de vida moderno, que não propicia a convivência pessoal e a construção de vínculos fortes, até mudanças provocadas pela engenharia social das ideologias que predominam no mundo ocidental nas últimas décadas.

São mudanças que atingem diretamente o relacionamento entre homem e mulher, a vivência da sexualidade, a formação e manutenção do vínculo matrimonial, o exercício da paternidade e da maternidade, o papel dos pais na educação dos filhos, entre outros aspectos, que tiveram um impacto sem precedentes sobre as famílias, resultando numa fragmentação social jamais vista e que ameaça a própria perpetuação da nossa civilização. Por exemplo, países desenvolvidos enfrentam uma séria crise demográfica, que aos poucos também atingem países como o Brasil, pois as pessoas simplesmente não têm mais filhos.

Nossa sociedade tem diante de si uma encruzilhada que definirá o rumo que tomaremos nos próximos anos. É preciso reconhecer que a “crise da família” não é uma fatalidade dos tempos, mas uma consequência das idéias que orientaram decisões tomadas, com maior ou menor consciência, no passado recente. Ter a coragem de reconhecer nossos erros é o primeiro passo para consertar a rota e dar início a um longo trabalho de regeneração cultural. Precisamos superar os preconceitos ideológicos que se impõem de modo tão agressivo sobre a sociedade e reassumir nossa responsabilidade na proteção deste modelo essencial, sem o qual iremos perecer impotentes diante de uma lenta e atroz barbárie.

João Marcelo Sarkis, analista jurídico, gestor do núcleo de Direito do IFE Campinas. (joaosarkis@gmail.com)

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 24/05/2017, Página A-2, Opinião.

Tendências da estação

Não temos mais paciência para esperar o tempo das coisas. Aos poucos vamos nos acostumando aos vínculos passageiros. Enquanto aprendemos algo, sabemos que dentro de alguns meses o conhecimento se tornará obsoleto. O que nos ensinam como verdade no dia de hoje, não terá o mesmo valor no amanhã. Apaixonamo-nos já preparados para a separação e há encontros que duram apenas uma noite. O divórcio converte-se em uma etapa natural da vida, como uma dolorosa e inevitável passagem. As amizades duram enquanto duram as conveniências ou as convergências de opinião. Não temos tempo para encontrar amigos e familiares, mas os cultivamos à distância, em computadores e telefones celular. Vamos pouco a pouco aprendendo que as coisas e as pessoas são descartáveis. Assim com os objetos da casa, que mudam todos os anos, ou os carros, que precisam se atualizar, ou os livros da estante, que acompanham os lançamentos. Tudo está mais acessível, mais barato, mas menos durável.

Não sabemos mais o que é uma vizinhança, embora o mundo nos pareça pequeno demais. Temos centenas de amigos de internet, mas não conhecemos nossos vizinhos de parede. Não fazemos mais

visitas por visitar, não temos histórias no bairro em que vivemos, não vamos mais à pracinha da esquina. Praças tornaram-se lugares perigosos, preferimos o isolamento e o conforto dos muros de um condomínio fechado. Temos medo, muito medo. Não apenas dos bandidos e dos ladrões, mas também de médicos, advogados, professores, garis. Sabemos que a esperteza e a malícia foram eleitas em primeiro lugar e que muitos estão à procura de uma vantagem pessoal, custe o que custar. Por princípio, não se pode confiar. Sabemos, antes mesmo de sair de casa, que muito provavelmente não seremos tratados como gente. Temos medo, muito medo dos outros. Perdemos a confiança nas pessoas e nas instituições.

Não levamos mais a sério o governo, as escolas, os hospitais. Eles estão entregues aos corruptos, aos gananciosos, aos imbecis, sem que nos abalemos com isso. As notícias não nos impactam mais. Vamos nos acostumando às tragédias. As imagens dos jornais são exatas e precisas, mas nos endurecem e vulgarizam os fatos. Estamos sufocados pelos fatos e pelas notícias. Diariamente milhares de dados estranhos invadem nossas casas e nossas vidas. Choramos pelas vítimas distantes de um furacão, mas passamos indiferentes pela doença que acomete algum colega. Desejamos salvar os esfomeados da África, mas não nos importamos com a vida pessoal dos nossos empregados e patrões. Queremos ser profissionais, estritamente profissionais. A eficiência e a produtividade são os critérios válidos das nossas decisões.

Nossos sonhos transformam-se, aos poucos, em sonhos de viagens, carros, carreira, riqueza. Tudo, é claro, temperado com toques de engajamento social e discursos politicamente corretos. Não queremos mais uma família que nos aborreça e nos obrigue, mas amamos a humanidade. Rejeitamos os filhos-problema, pois os queremos líderes, belos e talentosos, mas apoiamos em nossas redes sociais as mais diversas causas humanitárias e ambientais.

Acima de tudo, zelamos, cuidadosamente, por nossas redes sociais: magros, vestidos em roupa fina, corpos torneados, em belas paisagens internacionais, assim anunciamos o nosso sucesso, com alegria transbordante e consciência moral. É preciso rir, rir muito, rir alto, sem fazer da vida algo muito sério. A vida não serve se levada a sério. Por isso, festejamos bêbados, e, pelo menos, aos fins de semana. Fazemos campanhas pela liberação da maconha e não nos importamos com os jovens frustrados e deprimentes que diariamente se perdem nas drogas. Porque nossa maior preocupação é gozar a vida e a existência. E este é o grande sentido e o “barato” da vida. Porque ela passa, dura pouco, muito pouco. As coisas e as pessoas passam, não duram, são descartáveis. Esta é a nossa moda. E é preciso, primordialmente, estar na moda. E a moda, todos sabemos, não dura mais que uma estação.

João Marcelo Sarkis, analista jurídico do Ministério Público de São Paulo, gestor do núcleo de Direito do IFE Campinas. (joaosarkis@gmail.com).

Família educadora

Se é verdade que toda criança tem direito à educação, não menos importante é ressaltar que a educação dos filhos é, antes de tudo, um direito dos pais, cujo reconhecimento nasce da justa

percepção de que a família é o lugar, por excelência, da proteção das crianças e adolescentes. Trata-se de um direito natural, que nasce da própria filiação e garante aos pais a prerrogativa de educar os filhos com liberdade, segundo seus valores morais e éticos, sem a intromissão de qualquer outra instância, exceto diante de violações graves à dignidade dos filhos, cabendo às demais instituições um papel sempre subsidiário.

A família, assim como as chamadas instituições intermediárias (associações, clubes, escolas, igrejas), são uma proteção orgânica à pessoa humana, sem a qual o indivíduo se fragiliza, ficando à mercê de injustiças e arbitrariedades de todo tipo, inclusive as cometidas pelo poder estatal. Por isso, um dos efeitos mais devastadores da engenharia social em curso em nossa sociedade é o enfraquecimento da família que, entre outros aspectos, atinge diretamente esta garantia essencial da ordem social.

Neste contexto, é cada vez mais crescente a criação de mecanismos legais e práticas sociais que vão se impondo, pouco a pouco, à partir de um discurso que se apoia na defesa dos “direitos das crianças”, somente como recurso retórico para justificar a ingerência, cada vez maior, do Estado (e sua burocracia) na relação entre pais e filhos, como ocorreu, por exemplo, com a publicação da “lei da palmada” (Lei 13.010/2014) ou com as tentativas de proibição do ensino doméstico (*homescholling*). O Estado surge, assim, em lugar da família, como o verdadeiro “amigo da criança”, como o seu legítimo protetor, inclusive contra os próprios pais, e como a instância primeira onde serão definidos os “valores da cidadania” que serão a base da educação, em uma inversão perversa daquela estrutura natural referida acima.

Por outro lado, esta tendência ganha lastro numa concepção igualitária da estrutura familiar, que banaliza as diferenças entre pais e filhos e a divisão, naturalmente hierárquica, de papéis, relativizando as prerrogativas dos pais sobre os filhos. Por influência de uma mentalidade equivocada sobre o significado do amor filial e de uma desproporcional reação aos modelos de educação das gerações anteriores, criam-se distorções na vivência da afetividade e do diálogo na família, levando os próprios pais a simplesmente abdicarem do exercício fundamental do poder familiar.

Este cenário é, ainda, favorecido pela adoção de um modelo social que não privilegia a vida familiar, gerando enormes dificuldades aos pais em conciliar os deveres da paternidade e maternidade com as demais obrigações, principalmente, profissionais. Por vezes, assiste-se a uma verdadeira “terceirização” da educação dos filhos, que são entregues, ainda em tenra idade, a instituições que passam a assumir o protagonismo da educação das crianças. Atitude que acaba por ser confirmada e justificada pelo predomínio de valores éticos que tendem a dar prioridade à satisfação dos desejos e projetos individuais, em detrimento dos sacrifícios inerentes à função de educar.

Assim, não há dúvidas de que um dos maiores desafios que despontam no horizonte dos nossos dias é o fortalecimento das famílias, o que necessariamente depende da reafirmação da papel dos pais no exercício do poder familiar. O maior bem que um pai e uma mãe podem oferecer a seus filhos e, portanto, a forma mais digna de amor que podem dedicá-los, é a assunção integral de seus papéis como seus educadores. Nenhuma instituição poderá substituí-los nesta função sem prejuízos enormes às crianças e adolescentes. Por sua vez, ao Estado deve ser reconhecida, tão somente, a legitimidade de garantir o exercício deste direito, protegendo as famílias de quaisquer ingerências indevidas em sua unidade e promovendo a sua estrutura natural.

João Marcelo Sarkis, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), analista jurídico do Ministério Público de São Paulo, gestor do núcleo de Direito do IFE Campinas.

e-mail: joaosarkis@gmail.com

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 13/7/2016, Página A-2.

Vale a pena?!

Ao olhar cabisbaixo de um amigo, lanço logo o convite: “Vamos à luta! Vale a pena!”. E como têm sido frequentes estes encontros. Faço-o por mim e por eles, pois parece que o ar que respiramos anda intoxicado de medo e tristeza. Sem perceber parece que estamos sendo levados pelo marketing da tragédia, do escândalo, da podridão, como se estivéssemos fascinados pelo espetáculo do mal. Nunca tivemos tanto conforto e bem-estar e nunca desfrutamos tão pouco das coisas. Será este o preço que pagamos por tanta fartura e progresso material?

O empreendedorismo é admirável, uma face virtuosa do mundo do trabalho. E já passou da hora de superarmos o ranço invejoso do discurso vermelho que divide o mundo entre proletários-explorados e capitalistas-vilões. Sou filho de uma família de empreendedores pioneiros, desbravadores de um Brasil que começava sua via industrial. Ando pela cidade onde nasci e até hoje são muitos os que brilham os olhos de gratidão ao me reconhecerem um descendente daqueles homens corajosos, que se colocaram a serviço e geraram oportunidades e riquezas para tantas famílias, recebendo uma justa recompensa pelo trabalho bem feito.

Coisa bem diferente é o “materialismo” que tomou conta das ruas. Vermelho ou branco, de direita ou de esquerda, todo materialismo é uma condenação. Há coisas que não podemos comprar no comércio, nem produzir na indústria, simples assim. Nem tudo se mede pela régua da eficiência ou pela lei do mercado. O Estado jamais vai suprir todas as nossas necessidades, e nem todo sofrimento termina com justiça social. Enfim, nem só de pão vive o homem!

É sobre isto que penso quando sou mal atendido em uma consulta médica. Quando vejo jovens abandonando suas vocações pelo desejo de enriquecer. Quando o antigo teatro municipal é destruído para dar lugar a um prédio comercial. Quando belas Igrejas passam a abrigar restaurantes e bares. Quando uma família se desfaz, a custo de aventuras. Quando a política é transformada numa barganha de interesses e favores.

Constrangidos, somos obrigados a reconhecer que os bens que conquistamos não se traduzem numa apreciação maior da vida. Ao contrário, muitas vezes parece que à medida que aumenta o gozo das coisas, perdemos a capacidade de desfrutá-las e de nos alegrar. Já não cultivamos a festa da celebração da vida, mas outro tipo de festa, a festa da evasão e da fuga, da qual voltamos à vida diária como quem retorna ao cárcere, com uma sensação de tédio e sobrecarga.

Os filósofos gregos já diziam que a felicidade humana não está nas coisas, no dinheiro, no bem-estar, no prazer ou no sucesso, pois o bem do homem somente se realiza em um bem de mesma natureza

peçoal. Por isso, a felicidade dos homens somente pode se realizar na amizade com outros homens, não qualquer tipo de amizade, mas aquela que é fruto de um amor recíproco. E pensando nisto, Aristóteles escreveu um tratado sobre as virtudes, pois, segundo ele, somente homens virtuosos são capazes de amar. Sem isso a amizade é corrompida pelo egoísmo, tornando-se fonte de exploração de um pelo outro ou um mero pacto de interesses e isto não basta para trazer a felicidade. Por isso, ele conclui que para o bem da sociedade e dos cidadãos, os homens devem ser educados nas virtudes.

Chesterton disse uma vez: *“O mundo nunca sofrerá com a falta de maravilhas, mas apenas com a falta de capacidade de se maravilhar”*. Por trás de todo o pessimismo e medo da nossa época esconde-se uma atroz incapacidade de se admirar, um desencantamento por estarmos privados de gozar do verdadeiro amor, a única fonte da nossa força e vitalidade, a única razão da nossa esperança. Desprovidos do legítimo bem, caminhamos como cegos, abandonados em um mundo escuro, perigoso e sem sentido, onde a única alegria que podemos esperar é aquela oferecida por alguns poucos prazeres e deleites. Precisamos retomar a trilha, esfregar os olhos e despertar deste sono. “Vale a pena!”, repitamos todos os dias, aos quatro cantos, enquanto nos empenhamos em redescobrir o valor das coisas simples, cultivando laços de verdadeira amizade, pelo caminho das virtudes.

João Marcelo Sarkis, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), analista jurídico do Ministério Público de São Paulo, gestor do núcleo de Direito do IFE Campinas.

Artigo publicado originalmente no jornal *Correio Popular*, edição de 20 de Janeiro de 2016, Página A2 - Opinião.

Tags: Papéis, Velhos, Vitalidade,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em:
<http://ife.org.br/a-vitalidade-de-velhos-papeis-joao-marcelo-sarkis/>